

Sarney propõe rolar 75% da dívida estadual e municipal

CORREIO BRAZILIENSE

* 6 SET 1989

Publicado

O Governo vai rolar 75 por cento da dívida externa dos Estados e municípios, que tem o aval do Tesouro Nacional e é calculada em torno de 12,5 bilhões de dólares. Projeto de lei nesse sentido foi encaminhado ao Congresso Nacional pelo presidente José Sarney, depois de aceitar a proposta feita pelos ministros Mailson Ferreira da Nóbrega, da Fazenda, e João Batista de Abreu, do Planejamento. Com a rolagem, que será a partir do próximo ano, os estados e municípios vão pagar cerca de 1,3 bilhão de dólares.

Em 1990, segundo explicou o ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Ronaldo Costa Couto, os governos

estaduais e municipais vão pagar apenas 25 por cento do montante vencível em 1990, estimado em 2,5 bilhões de dólares, mais juros de mercado sobre os 12,5 bilhões de dólares, estimados em cerca de 700 milhões. O ministro não soube informar quanto os Estados e municípios vão ter de pagar este ano, mas o Governo já vem refinanciando cerca de 70 por cento. Os 75 por cento rolados serão pagos num prazo de 20 anos, de acordo com o projeto de lei.

Os contratos de financiamento e refinanciamento serão firmados pelo Banco do Brasil, na qualidade de agente do Tesouro Nacional, e terão correção monetária

e taxas de juros semelhantes, às utilizadas para a colocação de títulos da dívida pública federal, conforme fixação do Ministério da Fazenda, terá vinculação de garantias efetivas, pagamento integral dos juros, também nos períodos de carência — que serão fixados em lei —, e o pagamento de uma comissão de administração de 0,2 por cento ao ano ao Banco do Brasil.

Os ministros Mailson da Nóbrega e João Batista alegam, na exposição de motivos, que devido às dificuldades do mercado financeiro, o governo vem refinanciando internamente as dívidas quase que integralmente, agravando a situação do setor público, já que os prazos são sistematicamente prorrogados, dando a conotação de empréstimo a curto prazo. Isso vinha representando sérios reflexos no orçamento da administração federal. A proposta vai ajustar os fluxos de caixa ao novo contexto orçamentário da União.

O projeto de lei não contempla, segundo Costa Couto, o pedido feito, na semana passada, pela Frente Nacional de Prefeitos, para a rolagem da dívida externa dos municípios das capitais com pagamento somente a partir de março de 1990. A proposta está sendo estudada pelos ministérios da área econômica. Os municípios voltam a pagar seus débitos a partir de outubro próximo.

Projeto reduz incentivos

O presidente José Sarney mandou ontem projeto de lei ao Congresso Nacional propondo a redução de 50 por cento dos incentivos fiscais nas atividades de informática, esportiva e no setor industrial, e revoga a isenção concedida às microempresas. A medida vai representar um aumento de arrecadação de 0,41 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), que em valores atuais significam NCz\$ 2,7 bilhões. Parte desse recurso será destinada aos estados e municípios, através dos fundos de participação. Ficaram garantidos, entretanto, os benefícios à Zona Franca de Ma-

naus e ao Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam).

Para minimizar o desequilíbrio fiscal, o Governo propõe também a elevação de 6 para 18 por cento da alíquota do imposto sobre o lucro decorrente da exportação de produtos manufaturados nacionais, através do programa Befiex; e a redução de 0,5 para 0,25 por cento o direito de dedução do imposto de renda devidos pelas empresas, para aplicação em ações novas de empresas que tenham como atividade a produção de bens e serviços de informática.